



Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca – SEAP/PR  
Departamento de Planejamento e Ordenamento da Pesca – DEPOP  
Coordenação Geral de Planejamento e Ordenamento da Pesca – CGPOP

### MEMÓRIA DE REUNIÃO

4ª Sessão Ordinária do Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos  
Pelágicos das Regiões Sudeste e Sul - CPG Pelágicos SE/S.

Data da Reunião: 5 e 6 de abril de 2018.

Local: Auditório do Ministério da Indústria, Comercio Exterior e Serviços-MDIC.

Relatora: Elielma Borcem

#### Participantes

NOME	ORGÃO	CONTATO	REPRESENTAÇÃO
José Amauri da Silva Maia	SEAP/PR	jose.maia@presidencia.gov.br	Titular a ser designado
Elielma Ribeiro Borcem	SEAP/PR	elielma.borcem@presidencia.gov.br	Titular
Sandra Silvestre de Souza	SEAP/PR	sandra.souza@presidencia.gov.br	Suplente a ser designada
José Dias Neto	IBAMA	jose.dias-neto@ibama.gov.br	Titular substituído
Walter Steenbock	ICMBIO	walter.steenbock@icmbio.gov.br	Suplente a ser designado
Henrique Anatole Ramos	MMA	henrique.ramos@mma.gov.br	Titular a ser designado
Sérgio Winckler da Costa	SEAGRI	winckler@agricultura.sc.gov.br	Titular
Maria Aparecida dos Santos Ramos	CPP-MPP	cida.s.ramos@hotmail.com	Suplente
Giacinto Bernardo Tasso	CONEPE	gb.tasso@bol.com.br	Titular
Luana Quintanilha Borde	FIPERJ	luana.fiperj@gmail.com	Suplente substituída
José Frutuozo Góes Filho	CNPA	fepesc@gmail.com	Titular a ser designado
Agnaldo Hilton Santos	CONEPE	agnaldo.hilton@terra.com.br	Titular
Alexandre Guerra Espogeiro	CNA	alexandre_espogeiro@hotmail.com	Titular
Edgar Ayres da Paixão	CONTTMAF	secretaria@fnttaa.org.br	Suplente a ser designado
Felipe Morais Santos	MCTIC	felipe.morais@mctic.gov.br	Suplente
Roberto Ribas Gallucci	MMA	roberto.gallucci@mma.gov.br	Suplente
Letícia Bruning Canton	CONEPE	administracao@conepe.org.br	Suplente
Cassiano Ricardo Fuck	Representante de Indústria	cassianofuck@gmail.com	Suplente
Joeliton Bezerra	IBAMA	francisco-joeliton.bezerra@ibama.gov.br	Suplente
Francisco Rocha Guimarães	CONFREM	chicopescaador2014@gmail.com	Titular
Renan Lopes Paitach	AMECA	renan_ptch@hotmail.com	Titular
Martin Dias	Oceana Brasil	mdias@oceana.org	Titular a ser designado
Lara Iwaricki	Oceana Brasil	liwanicki@oceana.org	Suplente a ser designada
Anelise Becker	Ministério Público	anelisebecker@mpf.mp.br	Convidada
Marcos Manoel Domingos	APPAECSC	marcos@mradv.com.br	Convidado
Nilton Mendes Machado	Fórum da Lagoa dos Patos	coloniapescadoresz1@hotmail.com	Convidado
Daniel Tolentino	SINDARPES	sindarpesrs@hotmail.com	Convidado
José Henrique Pereira	SITRAPESCA		Ouvinte

Memória aprovada na 5ª Sessão Ordinária do CPG Pelágicos SE-S



Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca – SEAP/PR  
Departamento de Planejamento e Ordenamento da Pesca – DEPOP  
Coordenação Geral de Planejamento e Ordenamento da Pesca – CGPOP

Maria Bárbara Silva Corandin	Ex SEAP/PR		ouvinte
Daniela Trigueirinho Alarcon	CPP	assessoria.biologia.cpp@gmail.com	Ouvinte
Amanda Dias	Ex SEAP/PR		Ouvinte
Márcio Garcia	Pescador farol de Santa Marta		Ouvinte
Mario Palma	Ex SEAP/PR		Convidado
Diogo Laureano	APPAECSC	diogocostaleste@yahoo.com.br	Convidado
Paulo Ricardo Schwingel	Coordenador do Subcomitê Científico	schwingel@univali.br	Convidado
Liandra Caldasso	FURG/FÓRUM DA LAGOA	liandra.caldasso@gmail.com	Ouvinte
Derien Verneti Duarte	CEPSUL-ICMBio	derienvernetti@yahoo.com.br	Ouvinte
Vanessa Fonseca	ABIPECA	vanessa@abipesca.com.br	Ouvinte
Ivo da Silva	CNPA	ivopesca@hotmail.com	Ouvinte
Vitor Mateus Jabor	Câmara de Vereadores São José do Norte	jabordireito@gmail.com	Ouvinte
Fabiany Roig	Prefeitura de São José do Norte	gabex@saojosedonorte.rs.gov.br	Ouvinte
Serafim Marques	CONEPE	<a href="mailto:serafimmarques16@uol.com.br">serafimmarques16@uol.com.br</a>	Ouvinte
Valmir Vitorino Junior	SEPESCA	<a href="mailto:secretariopesca@itajai.sc.gov.br">secretariopesca@itajai.sc.gov.br</a>	Ouvinte
Felipe Branco	Vereador-RS		Ouvinte
Camila Valadares	Oceana	<a href="mailto:cvaladares@oceana.org">cvaladares@oceana.org</a>	Ouvinte
José Henrique Pereira	SITRAPESCA		Ouvinte
Maria Bárbara Silva Corandin	Ex SEAP/PR		Ouvinte
Daniela Trigueirinho Alarcon	CPP	assessoria.biologia.cpp@gmail.com	Ouvinte
Márcio Garcia	Pescador farol de Santa Marta		Ouvinte

#### AGENDA TRABALHADA

- Adoção da agenda
- Situação dos encaminhamentos da 3ª Sessão Ordinária do Comitê e aprovação da Memória da 2ª Reunião.
- Apresentação dos resultados do Grupo de Trabalho constituído para avaliar a viabilidade de controle de cotas de tainha para a safra 2018.
- Apresentação dos resultados da reunião do Subcomitê Científico do CPG quanto aos ajustes ao Plano de Gestão da Tainha.
- Apresentação e discussão das possíveis medidas a serem implementadas para a safra de tainha de 2018.
- Leitura dos encaminhamentos



Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca – SEAP/PR  
Departamento de Planejamento e Ordenamento da Pesca – DEPOP  
Coordenação Geral de Planejamento e Ordenamento da Pesca – CGPOP

Nos dias 5 e 6 de abril de 2018, às 9h30min, no auditório do Edifício Sede do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC, teve início a 4ª Sessão Ordinária do Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pelágicos do Sudeste e Sul – CPG Pelágicos Sudeste e Sul. A reunião foi iniciada pela Sra. Elielma Borcem com o item “*Adoção da agenda*”, no qual realizou a leitura e explicação dos itens da agenda, registrando que a mesa havia recebido um documento da Federação de Pescadores Artesanais de Santa Catarina – FEPESC com sugestões de ordenamento para a pescaria de arrasto de praia na região para que fosse discutido no âmbito do Comitê. A agenda foi aprovada. Passando ao item “*Situação dos encaminhamentos da 3ª Sessão Ordinária do Comitê e aprovação da Memória da 2ª Reunião*” foi realizada a leitura de cada encaminhamento, indicando a situação em que se encontrava, conforme Anexo I. Em relação à Memória da 2ª reunião explicou que o documento havia sido enviado aos membros com bastante antecedência e que havia recebido poucas considerações, as quais haviam sido incorporadas ao texto e reencaminhada, indagando à plenária se poderia ser aprovada naquele momento. Não havendo dissenso, a memória foi aprovada. Dando seguimento aos trabalhos passou-se ao item “*Apresentação dos resultados do Grupo de Trabalho constituído para avaliar a viabilidade de controle de cotas de tainha para a safra 2018*”, cuja apresentação foi realizada pelo Sr. Henrique Anatole, constante no Anexo II. Em seguida abriu-se para a discussão em plenária. O Sr. Paulo Schwingel explicou que o sistema de cotas é utilizado em vários países, tem controles efetivos, sendo esse realizado nos desembarques. Registrou também que a estatística pesqueira realizada pelo PMAP em Santa Catarina é um sistema bastante complexo e seguro e que o resultado era muito preocupante quanto ao volume registrado, especialmente para a pesca artesanal, o que demonstrava uma retirada acima da biomassa sugerida. Falou que o Subcomitê Científico havia apreciado o documento apresentado, cuja avaliação foi de que a medida era viável, mas não para ser implementada em 2018, tendo em vista a necessidade de controle. O Sr. Francisco (CONFREM) falou que também era a favor da cota, era uma medida importantíssima, mas que os dados de produção pesqueira no país infelizmente não eram reais, exemplificando a produção tida na lagoa de Araruama. Expôs a necessidade de se levar em conta os dados climáticos nas análises e pesquisa voltadas a avaliação de dinâmica populacional na costa brasileira. Falou sobre a iniciativa de auto monitoramento que estavam realizando e que poderia ser apresentado ao Comitê. Falou que os pescadores artesanais e industriais deviam se unir em prol do fortalecimento do órgão gestor da pesca, propondo como encaminhamento iniciarem a estatística pesqueira e um plano de fiscalização. Ressaltando que o estabelecimento da cota na forma proposta teria um impacto social muito grande e não se teria o controle suficiente. O Sr. Martin Dias expôs a importância do trabalho realizado no Grupo, falando que o resultado havia sido muito positivo, ressaltando a integração de ferramentas intergovernamental que houve. Em relação aos resultados, afirmou que foi identificado no mecanismo de controle proposto várias limitações, sendo mapeadas de uma forma muito transparente no relatório das atividades. Explicou a importância da avaliação de estoque para estabelecimento da cota, ressaltando que por conta disso o Rio de Janeiro havia sido excluído nesse primeiro momento de um possível sistema de cota, já que foi trabalhado em cima do estoque sul definido no Plano de Gestão. A Sra. Maria Aparecida registrou a importância do trabalho realizado na base, de forma produtiva, avaliando que estavam iniciando e que deveria ser construído com mais tempo e calma. Ressaltou também a necessidade de fiscalização local na atividade pesqueira. A Sra. Elielma Borcem afirmou que a estatística era o clamor especialmente do setor de ordenamento que precisa de informações para o

Memória aprovada na 5ª Sessão Ordinária do CPG Pelágicos SE-S



Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca – SEAP/PR  
Departamento de Planejamento e Ordenamento da Pesca – DEPOP  
Coordenação Geral de Planejamento e Ordenamento da Pesca – CGPOP

estabelecimento das medidas de gestão. Agradeceu ao trabalho realizado pelo Grupo, especialmente ao MMA e Oceana por todo o empenho, informando que no momento das discussões o comitê deveria avaliar dentre os cenários apresentados, qual seria o mais viável de implementação. Seguindo passou ao item seguinte de pauta “*Apresentação dos resultados da reunião do Subcomitê Científico do CPG quanto aos ajustes ao Plano de Gestão da Tainha*”. A explanação foi realizada pelo presidente do Subcomitê Científico com base no relatório da reunião realizado pela Secretaria, Anexo III. O Sr. Paulo Schwingel iniciou falando que aquela era sua primeira participação no fórum, o qual era coordenado anteriormente pelo Sr. Marcus Carneiro. Expôs que o processo de trabalho no Subcomitê estava iniciando, que estavam em fase de organização nos procedimentos a serem adotados pelo fórum. Pontuou algumas questões observadas na última reunião, como a necessidade de maior integração da equipe; de frequência maior de reuniões para que os cientistas possam cumprir a agenda de trabalho; necessidade de efetiva participação dos membros nas reuniões; informou sobre a discussão quanto à participação de pessoas externas nas reuniões científicas, de que quando convidadas, deveria se restringir ao ponto de pauta, não havendo possibilidade de participação nas deliberações do Subcomitê; e que os pontos de pautas englobem também as demandas sobre a sardinha. Expôs que não foi possível ser cumprida toda a agenda proposta, falou sobre os dados científicos existentes e a necessidade de que essas informações sejam consideradas nas análises, destacando que era essencial para a revisão de um novo Plano de Gestão. Sobre os itens de agenda trabalhados, disse que o Subcomitê aprovou que a avaliação de estoque deve ser usada como ferramenta base para a tomada de decisões no Comitê, ressaltando que o Rendimento Máximo Sustentável – RMS é um ponto que não deve ser ultrapassado. Expôs que o sistema de cotas pode ser aplicado na atividade de pesca da tainha, mas não se tinha condições de ser aplicado em 2018. Falou que havia necessidade de maiores controles, que tinha que ser pensada as peculiaridades de ambientes, expondo que existiam várias possibilidades para sua implementação, mas que deveria ser analisada com mais detalhe pelos cientistas. Quanto à proposta de um cenário que possibilitasse a implementação de cotas de captura, disse que tinha uma dúvida jurídica, que em sua visão não deveria mudar o que estava no Plano, mas sim acrescentar, complementar a proposta. Informou que o Subcomitê aprovou a inserção no Plano de Gestão da proposta apresentada sobre um limite de captura anual (Cenário V). Destacou que para o cenário III, havia tido adequação ao texto, visando atrelar-se à possibilidade de limite de captura definido no novo cenário, esclarecendo que os cientistas não haviam chegado a uma posição em relação a essa questão, se deveria continuar ou não no Plano. Em relação ao item sobre o emalhe anilhado, falou que o Subcomitê reconhecia a modalidade de emalhe anilhado como uma modalidade de pesca e também o direito dos pescadores em exercer essa atividade, mas não tinham condições de definir um quantitativo de embarcações aptas a atuar nessa modalidade que demonstrasse a sustentabilidade do recurso. Por fim, fez comentários gerais, reafirmando a importância da estatística pesqueira realizada pelo PMAP, a abrangência da coleta de dados, o que reflete na grande importância da pesca de tainha no estado; e afirmou que o Subcomitê ainda estava em débito com o Comitê em relação à quantidade de demandas que deveriam avaliar. Seguindo, a Sra. Elielma Borcem agradeceu a colaboração dos cientistas e disse que entendia a questão do tempo necessário para a avaliação de todas as demandas que foram encaminhadas a eles, e abriu para considerações da plenária. A Sra. Maria Bárbara fez uma consideração, expondo que existiam duas normas que regulamentavam a gestão conjunta dos recursos pesqueiros, citando a definição de plano de gestão e afirmando que o plano de



Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca – SEAP/PR  
Departamento de Planejamento e Ordenamento da Pesca – DEPOP  
Coordenação Geral de Planejamento e Ordenamento da Pesca – CGPOP

gestão era passível de revisão. O Sr. Martin Dias indagou sobre o porquê de a cota não ser aplicável em 2018 e quais as recomendações que os cientistas tinham feito em relação as ações que deveriam ser realizadas para proporcionar a aplicabilidade da cota em 2019. Nesse momento foi pedido o espaço para a fala do Sr. Secretário que estava presente naquele momento na reunião, o qual iniciou dizendo sobre a estruturação institucional que estavam passando, expôs a ação positiva diante à Comissão Internacional de Conservação do Atum do Atlântico – ICCAT, agradeceu a participação do setor e pediu uma discussão efetiva para se chegar a uma conclusão sobre a atividade de pesca da tainha. Falou que a gestão é responsabilidade da Secretaria e que iriam fazer com base nas melhores informações disponíveis, e das deliberações do Comitê. Ressaltou que não gostaria de ver a gestão da atividade sendo realizada pelo judiciário. A Sra. Anelise Becker explicou a ação ajuizada pelo Ministério Público Federal em relação à tainha, dizendo que a ação dava limite a exploração do recurso, buscando a sustentabilidade do recurso. Falou ainda sobre a ação que impedia a limitação do esforço do emalhe anilhado e que isso deveria ser considerado. O Sr. Secretário reafirmou que deveriam assumir o papel e fazer a gestão do recurso e até com a presença do Ministério Público para que pudessem juntos definir o melhor para a atividade. O Sr. Francisco (CONFREM) registrou a necessidade de fiscalização das medidas que são discutidas e colocadas em prática na atividade. O Sr. Paulo Schwingel falou que era importante a decisão consensuada daquele Comitê, expondo que aquele não era um órgão deliberativo, e na ausência, era levado par instâncias superiores e então tomada a decisão, pedindo que fosse evitado conflito nas discussões. Falou ainda sobre a fragilidade que a espécie se encontrava. Retornando às discussões em plenária, o Sr. Paulo Schwingel respondeu à pergunta falando que o Subcomitê não havia conseguido enxergar uma dinâmica a nível de governo para que pudesse ser implementado em 2018, por conta da proximidade da safra, sendo inviável um monitoramento. Expôs que não haviam trabalhado os mecanismos de implementação. O Sr. Francisco (CONFREM) pediu que pudessem ter mais reuniões do Comitê para acompanhar as discussões e análise dos dados, sendo respondido que o regimento já previa até 3 reuniões ordinárias do fórum e que a Secretaria iria demandar todos os esforços para serem realizadas. Houve registro da Sra. Liandra Caldasso (FURG) quanto à relevância da estatística para a discussão de cotas, exemplificando a necessidade de continuidade da coleta de dados no Rio Grande do Sul, especialmente no Estuário da Lagoa dos Patos. O Sr. Paulo Schwingel concordou com a colocação, ressaltando que a produção da pesca artesanal é bem representativa e demanda uma estatística pesqueira eficiente. O Sr. Sérgio Winckler falou que não havia tido uma discussão muito clara em relação à implementação ou não da cota para 2018, que deveriam considerar todo o trabalho realizado pela Grupo de Trabalho criado especificamente para aquela pauta, solicitando que possam seguir adiante, realizar um teste para sua implementação. O Sr. Valmir Vitorino acrescentou que deveriam atentar, pois a pesca artesanal não entrava no SIGSIF. Falou que o PMAP é um programa pago pela PETROBRÁS, pedindo para atentar também para a veracidade dos dados produzidos pelo Programa, visto que é informado por conta da indenização paga ao pescador. O Sr. Paulo Schwingel falou que isso realmente se tenta evitar, mas não crê que seja um fator tão forte, expondo que a amplitude da coleta de dados pode estar influenciando no aumento do conhecimento da produção. O Sr. Agnaldo Santos falou sobre a situação climática que interfere na produção e se há parcerias entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul nos estudos referentes ao estoque das espécies. O Sr. Paulo Schwingel afirmou que os trabalhos são sempre feitos em conjunto, e que os dados sobre clima, assim



Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca – SEAP/PR  
Departamento de Planejamento e Ordenamento da Pesca – DEPOP  
Coordenação Geral de Planejamento e Ordenamento da Pesca – CGPOP

como outros impactos (poluição, molhes), podem ser sim considerados nos modelos de avaliação de estoque. Fez uma breve explicação sobre o modelo de biomassa que são realizados nas análises, expondo ainda sobre os trabalhos em curso sobre avaliações de otólitos da tainha. O Sr. Agnaldo Santos disse que não havia conflito entre os setores, mas sim uma convergência em prol da sobrevivência, indagando se na visão científica não seria melhor uma cota do que a sobrepesca, considerando que a cota limitaria a produção. O Sr. Paulo Schwingel falou que essa é uma das vantagens do uso da cota, o limite de retirada da biomassa. O Sr. Martin Dias pontuou que novas informações devem sim ser consideradas e que os dados trazidos devem subsidiar as discussões naquele momento, o novo cenário proposto. Indagou qual seria a estratégia para ser trabalhada as adequações ao plano de gestão. A Sra. Elielma Borcem falou que a estratégia não era fazer a leitura ponto a ponto, mas sim debruçar em cima do que já havia tido uma avaliação científica e que havia sido explanado na reunião. Mas deixou aberto para as considerações da plenária. Falou que tudo que havia chegado de contribuições foi avaliado tecnicamente e que estava no documento que seria apresentado no ponto de pauta mais adiante. O Sr. Martin Dias perguntou sobre como seria incorporado dentro do Plano. A Sra. Elielma Borcem explicou que seriam incorporadas ao documento do Plano, mas que ainda não haviam feito essa ação, deixando claro que não havia necessidade da publicação de um novo Plano para que as medidas discutidas em plenária fossem consideradas válidas. Após as discussões em plenária, foi consensuado que a pauta fosse seguida conforme prevista. Nesse momento houve o registro do Sr. José Frutuozo quanto ao exercício e importância da atividade de pesca da tainha no estado de Santa Catarina. O Sr. Francisco (CONFREM) também realizou um relato sobre a estratégia adotada para o auto monitoramento na comunidade e a importância do levantamento na produção pesqueira no País. O Sr. Marcos Domingos falou da necessidade em se considerar as informações que foram geradas sobre a atividade de pesca nas discussões do Comitê e Subcomitê, mesmo não sendo as melhores bases ou não ter sido geradas pelo Governo. O Sr. Joéliton Bezerra perguntou sobre a questão do regimento interno; se houve alguma análise sobre os dados do PMAP em relação ao monitoramento que havia em São Paulo e colocou o questionamento também sobre até que ponto o fórum pode avançar sem dados estatísticos. O Sr. Paulo Schwingel afirmou que a estatística era a base para qualquer discussão de gestão, e em relação a avaliação de São Paulo não tinha informações. A Sra. Luana Borde informou que no Rio de Janeiro haviam observado um aumento da produção, ressaltando que a coleta no âmbito do PMAP não abrange as lagunas. Dando seguimento, a Sra. Elielma Borcem iniciou a explanação sobre o ponto da agenda *“Apresentação e discussão das possíveis medidas a serem implementadas para a safra de tainha de 2018”*. Iniciou falando que como a questão da cota da tainha havia sido colocada em plenária para ser implementada já para a safra de 2018, achava interessante fazer a leitura dos diferentes cenários apresentado pelo Grupo de Trabalho do GT SIGSIF para posteriormente entrarem na discussão. Porém, considerando que todos haviam recebido o documento com tais informações não foi necessário realizar a leitura pontual. Assim, seguiu, apresentando o documento elaborado com pontos possíveis de serem estabelecidos no ato normativo da tainha para a safra de 2018, o qual considerou todas as discussões que haviam tidas no Comitê até aquele momento; os materiais que haviam recebido dos membros; os dados que haviam conseguido até aquele momento (consultorias, avaliação de estoque); medidas implementadas em normativas anteriores e as diretrizes do Plano de Gestão. As propostas de gestão versavam especialmente sobre as diferentes frotas que atuam na pescaria, o limite do número de embarcações para as diferentes frotas, áreas de pesca,



Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca – SEAP/PR  
Departamento de Planejamento e Ordenamento da Pesca – DEPOP  
Coordenação Geral de Planejamento e Ordenamento da Pesca – CGPOP

abertura da safra, medidas de monitoramento referentes ao PREPS e Mapas de Produção. Após isso foi aberto às discussões em plenária. A Sra. Anelise Becker pediu um esclarecimento sobre o acréscimo aos limites de embarcações apresentados, de 50 embarcações para a frota de cerco e 130 para o emalhe anilhado, com a compatibilidade ao limite de captura da espécie. A Sra. Elielma Borcem respondeu que o Plano de Gestão da tainha já assinalava um limite de captura para o máximo de 50 embarcações adotadas em 2015 e também já previa a autorização para a frota de emalhe anilhado, destacando que com base na avaliação de estoque apresentada a análise técnica considerava que o número de embarcações propostos para serem permitidas não ultrapassaria o limite sustentável de captura da espécie. Seguindo, a Sra. Anelise Becker pediu para ouvir alguém da área científica sobre a proposta apresentada. O Sr. Martin Dias falou que para o controle de esforço ser eficiente, não há como garantir que determinado número de embarcações seja sustentável, porque há questões climáticas (vento) e outras (dias de mar, controle de desembarque) que podem interferir no processo. Falou que fazer gestão dessa forma, em sua visão seria mais perigoso do que adotar a cota com o devido controle, ressaltando que a vantagem da cota estava justamente nesse sentido. Afirmou que se o limite apresentado fosse atrelado ao estabelecimento de um controle de captura seria razoável de ser trabalhado. Houve mais colocações realizadas pelo Sr. José Frutuozo e Sr. Cassiano Fuck quanto às questões climáticas que deveriam ser bem avaliadas. Nesse momento a Sra. Elielma Borcem ressaltou todo o intenso trabalho que haviam realizado no Grupo de Trabalho sobre os controles para o estabelecimento de cota, falou que o fato de se estabelecer ou não a medida não era uma decisão apenas do Governo, que estavam naquele momento em uma discussão conjunta no fórum para se pensar justamente em que condições poderia ser estabelecida. O Sr. Paulo Schwingel falou que era factível a combinação do número de embarcações com cota, registrando que no passado haviam feito análise com base na capacidade de captura para definir um limite no número de embarcações de cerco para tainha. Em relação aos dados de embarcações apresentados na reunião científica falou que deveriam ter tido uma melhora no estoque, mas que pelos dados da avaliação não se observou uma redução na melhoria da biomassa. Falou que a pescaria de tainha não podia ter livre acesso, por ser sensível e que poderia colapsar. A Sra. Elielma Borcem solicitou em plenária ao Subcomitê Científico, conforme encaminhamentos de reuniões anteriores, que auxiliasse o Comitê, que fosse avaliado o quantitativo de esforço sustentável compatível com o limite de captura. Em resposta o Sr. Coordenador falou que não haviam recebido essa demanda formalmente, mas que poderiam avaliar, lembrando ao fórum que o Subcomitê Científico não era deliberativo. Falou que a gestão pode ser realizada com combinações das mais diversas possíveis, exemplificando que poderiam liberar um número de embarcações reduzidos pescando onde e quando quiser, assim como poderia se adotar livre acesso limitando áreas e períodos de pescaria. Ressaltou que a pesca era uma atividade de riscos e que isso deveria ser considerado na discussão. O Sr. Sérgio Winckler expôs que deveriam discutir mecanismos de controle para a proposta apresentada, destacando que atualmente se tinha informação e que tinham que trabalhar em cima disso. O Sr. Agnaldo Santos relatou sobre a atividade de pesca da frota de cerco, ressaltando que havia intenso monitoramento para essa frota, que era mais fácil de ser fiscalizada, pedindo para que se avance nas discussões dos controles. A Sra. Maria Aparecida falou sobre a atividade de pesca artesanal, registrando uma ponderação quanto às embarcações miúdas artesanais e aquelas com maior capacidade, que teriam que ter um tratamento diferenciado. O Sr. José Frutuozo concordou com a fala anterior, reafirmando a necessidade de permanência da cultura do pescador e



Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca – SEAP/PR  
Departamento de Planejamento e Ordenamento da Pesca – DEPOP  
Coordenação Geral de Planejamento e Ordenamento da Pesca – CGPOP

relatando sobre as dificuldades da atividade, pediu para atentar as medidas pensadas, especialmente a questão da casaria e porão utilizada para o abrigo ao pescador e qualidade do pescador. O Sr. Sérgio Winckler registrou que as embarcações com Arqueação Bruta maior que 20AB são poucas, mas que também estão juntos na categoria artesanal e que deveria haver maior integração entre a classe. O Sr. Marcos Domingos fez uma ponderação entre a definição legal e a prática sobre a classificação de pescadores artesanais, pedindo que houvesse compreensão e respeito às diferenças de cada região e pediu união para que garantisse o acesso à pescaria a todos. O Sr. Martins Dias falou que era muito frágil controlar o esforço sobre a espécie apenas com o que havia sido proposto. Sugeriu haver o estabelecimento de cotas combinado com as outras medidas. A Sra. Elielma Borcem falou que dentre toda a discussão havia registrado algumas perguntas que deveriam ser respondidas para a discussão de cotas, como por exemplo, quanto seria a cota, como seria feito o controle e área de abrangência. Diante todas as falas o Sr. Paulo Schwingel explicou sua colocação em relação à questão cultural da atividade em detrimento aos avanços tecnológicos e ao aspecto biológico da espécie. Quanto às propostas falou que poderiam pensar em combinações que envolvesse, por exemplo, que no ano seguinte não houvesse autorizações para as mesmas embarcações, limitação de período para o emalhe anilhado, que as embarcações não possam operar no Rio de Janeiro, ressaltando que deveriam estabelecer limites a partir de combinações possíveis. Dessa forma, foi consensuada em plenária a possibilidade de implementação de cota para a safra de 2018, e discutido pontualmente, quais outras medidas poderiam ser associadas a essa regra, cujos consensos finais e encaminhamentos constam no Anexo IV desta Memória. Ao final da reunião houve a solicitação por parte do CONEPE de que fosse encaminhada a tabela com a memória de cálculo referente à cota e a lista das embarcações de cerco de sardinha e de emalhe de superfície. Após isso, a Sra. Elielma Borcem informou que o documento consolidado que havia sido trabalhado na reunião seria enviado aos presentes e que as medidas não consensuadas naquela reunião seriam discutidas internamente entre os órgãos gestores para ser verificado de que forma constariam na normativa de ordenamento. Assim, agradecendo a presença de todos a reunião foi finalizada às 18:30h minutos.